

GRANDES TEMAS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA

(Organizadora)

Grandes Temas da Educação Nacional

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G752 Grandes temas da educação nacional / Organizadora Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
– (Grandes Temas da Educação Nacional; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-28-4

DOI 10.22533/at.ed.284180509

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Formação.
I. Oliveira, Antonella Carvalho de. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTITUIÇÃO DO TRABALHADOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL – SUA IDENTIDADE ENTRE SIGNIFICADOS E SENTIDOS DO ATO INTERPRETATIVO	
Silvana Elisa de Morais Schubert Ronaldo Quirino da Silva	
CAPÍTULO 2	16
EDUCAÇÃO MUSICAL: O QUE AS PESSOAS SURDAS NOS DIZEM?	
Tatiane Ribeiro Morais de Paula Patrícia Lima Martins Pederiva	
CAPÍTULO 3	33
A ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PSICOINTELLECTUAL E EMOCIONAL NA INFÂNCIA.	
Tamires Rodrigues Lisaura Maria Beltrame	
CAPÍTULO 4	44
A DESCONSTRUÇÃO DO DIREITO DA CRIANÇA BRINCAR NO SÉCULO XXI	
Isabela Gonçalves de Oliveira Maria Lúcia Vinha	
CAPÍTULO 5	57
ALGUMAS IDEIAS SOBRE AS NECESSIDADES FORMATIVAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Raquel de Abreu Fochesato Quidigno Sérgio Camargo Tania Teresinha Bruns Zimer	
CAPÍTULO 6	65
BRINQUEDO: PRÁTICA INTERDISCIPLINAR EM PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Karolyne Amancio de Paula	
CAPÍTULO 7	73
A APRENDIZAGEM DOS PÓS-GRADUANDOS POR MEIO DE SEMINÁRIOS DE PESQUISA	
Cláudia Sebastiana Rosa da Silva Sônia de Fátima Radvanskei Wilson da Silva	
CAPÍTULO 8	86
A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR: NUANCES E REFLEXÕES	
Letícia Schneider Caroline Elizabel Blaszkó	
CAPÍTULO 9	96
A AULA-PASSEIO DE CÉLESTIN FREINET E OS CURSOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: POSSÍVEIS	

ENCONTROS PARA BRECAR A EROÇÃO CULTURAL PRODUTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA
(UMA PROPOSTA METODOLÓGICA)

Manoel Adir Borges Kischener
Everton Marcos Batistela

CAPÍTULO 10 108

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS EM TURMA DE PRIMEIRO ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL

Karolyne Amancio de Paula

CAPÍTULO 11 121

A TEORIA DA APRENDIZAGEM MEDIADA DE REUVEN FEUERSTEIN: UMA PROPOSTA DE
MÉTODO DE ENSINO PARA OS “CONCEITOS MATEMÁTICOS DE RAZÃO E PROPORÇÃO”
UTILIZANDO PROPORÇÃO ÁUREA COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

Isali Lijó
Aldicea Craveiro de Lima Ferreira

CAPÍTULO 12 127

(DES) IGUALDADE DE GÊNERO E CURRÍCULO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS E
DAS MULHERES

Franciéli Arlt Lopes
Verônica Gesser

CAPÍTULO 13 142

NÍSIA FLORESTA E A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA MULHER BRASILEIRA POR MEIO DA
EDUCAÇÃO

Isabel Francisco de Oliveira Barion
Gizeli Fermino Coelho
Raquel dos Santos Quadros
Maria Cristina Gomes Machado

CAPÍTULO 14 156

EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E SABERES: A RELEVÂNCIA DA PESQUISA NO CONTEXTO
ESCOLAR EM TEMPOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Silvia Christina de Oliveira Madrid

CAPÍTULO 15 170

EDUCAÇÃO NO CAMPO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E ESPECIFICIDADES LOCAIS

Raimunda Maria da Cunha Ribeiro
Enivaldo Assenço de Souza

CAPÍTULO 16 185

EXPOSIÇÃO DE AUTORIAS: ABRINDO CAMINHO PARA LEITURA E ESCRITA - RELEITURA E
COAUTORIA DA OBRA ABRINDO CAMINHO DE ANA MARIA MACHADO.

Genilda Alves Nascimento Melo
Célia Maria Jesus dos Santos
Andreia Quinto dos Santos

SOBRE A ORGANIZADORA..... 197

A CONSTITUIÇÃO DO TRABALHADOR INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL – SUA IDENTIDADE ENTRE SIGNIFICADOS E SENTIDOS DO ATO INTERPRETATIVO

Silvana Elisa de Moraes Schubert

Prefeitura Municipal de Araucária, Universidade Tuitui, Faculdade Educacional da Lapa e Librandus- Excelência em Língua de sinais. Araucária-Paraná

Ronaldo Quirino da Silva

Universidade Tuiuti do Paraná, Librandus- Centro de Excelência em Língua de sinais, Bagozzi. Curitiba-Paraná

RESUMO: Este capítulo apresenta o intérprete de Língua de sinais como profissional bilíngue que transita entre duas modalidades linguísticas: oral e sinalizada. Considera-se os desafios no ato tradutório-interpretativo da LS (Língua de Sinais) e a construção de enunciados significativos para o surdo. Trabalhou-se com pesquisa bibliográfica e documental com referência no trabalho do intérprete, o qual a partir das diferentes modalidades linguísticas busca significar o processo tradutório-interpretativo, um desafio linguístico e cultural em que negocia repertórios, cenários sociais, vivências, vocabulários e onde constitui paulatinamente sua identidade profissional. Suas escolhas refletem sentidos e significados que emergem das modalidades linguísticas envolvidas e referências culturais, mas também refletem o modo de oferta e uso de seu trabalho pelos surdos. No âmbito educacional a inserção do

Intérprete Educacional desperta estranhamento quanto as suas atribuições no processo de ensino-aprendizagem, para tanto é preciso formação, por isso considera-se a importância da formação para além da sinalização e através de diferentes momentos históricos, bem como sua competência, postura e organização quando percebe ausência de sinais no léxico da Libras. Apresenta-se competências necessárias à formação e constata-se que a identidade do Intérprete enquanto trabalhador ainda não está firmada, por vezes lhe faltam referências e elementos extras linguísticos importantes para a qualidade no trabalho. Nessa trajetória de identidade em construção, busca-se abandonar a visão assistencialista, para assegurar acessibilidade e autonomia aos surdos o que ainda é uma via de mão dupla entre o que apontam as políticas e as reais necessidades de formação dos estudantes (surdos) e trabalhadores (Intérpretes).

PALAVRAS-CHAVES: Tradutor/Intérprete. Intérprete Educacional. Sentido e Significado. Identidade em construção.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho do intérprete de Libras veio se construindo historicamente a partir de práticas assistencialistas, comumente relacionadas à

religião, vínculos familiares e a filantropia. Destacamos que neste capítulo faremos uso dos termos intérprete de língua de sinais (ILS), para e também do termo tradutor-intérprete, porque embora a área da linguística e sociolinguística venham discutindo o uso adequado entre um e outro termo, na educação consideramos que ambos tratam do intérprete de língua de sinais e suas atribuições de traduzir e interpretar entre duas modalidades linguísticas.

Compreendemos que o intérprete é aquele que interpreta e traduz de uma língua de sinais (LS), para outra LS ou para uma língua oral e vice-versa e pode ser chamado tanto de intérprete quanto de tradutor-intérprete. É comum destacarmos que a interpretação em determinado momento é uma interpretação oral ou sinalizada. Houve tempos em que aceitava-se que ao sinalizar aquilo que o locutor estava falando em língua oral tratava-se de uma interpretação e quando se dava voz ao que o locutor sinalizava tratava-se da tradução. Ao entendermos que nosso estudo não valoriza os termos e as diversas e diferentes análises linguísticas, deixamos para os pesquisadores da área a questão terminológica e nos deteremos ao trabalhador e a importância do seu trabalho.

Ao apontarmos que a formação do intérprete teve início pela religião e pelo assistencialismo se deve porque ao longo dos tempos os surdos foram excluídos, renegados e posteriormente aceitos como incapazes e carentes de ajuda social. Muitos sucumbiram na interação pelas dificuldades em relação a comunicação e uso da língua oral, única aceita como sinônimo de sociabilidade.

Com as mudanças de conhecimento e desenvolvimento da sociedade, chegamos a tempos onde a comunicação entre surdos e ouvintes precisou ser significada por métodos que superassem a língua oral a qual tem se mostrado em muitos casos sonadora de acesso e oportunidades para (muitos) os surdos.

Apesar da concepção social da fala oral como reflexo da mente, da inteligência, nem todos os surdos desenvolviam e/ou desenvolvem a oralidade adequadamente, entretanto com o passar dos anos muitos chegaram aos níveis acadêmicos mais avançados sem obrigatoriamente apresentarem uma linguagem oral aceitável.

Em que pese à importância dessa afirmação é preciso considerar que a desobrigação do uso da oralidade e a ascensão educacional dos surdos não se deu sem lutas e resistências, mas foi resultado de caminhos árduos entre a afirmação social e constituição de um sujeito que mesmo apartado do que se considera integralmente 'normal', comprovou suas condições de aprendizagem e comunicação.

Neste capítulo a partir da pesquisa bibliográfica e documental, fazemos a análise do real, apresentamos um breve percurso histórico e político da constituição do intérprete enquanto trabalhador e sua inserção na educação, enquanto recurso humano de acesso e inclusão.

Apresentamos o documento: da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de surdos), a Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), o Decreto 5626/05 (BRASIL, 2005), bem como de autores como: Jakobson (1985), Quadros (2004), Schubert (2012,

2015), Quirino-da-Silva (2016), Perlin (2003), e outros apresentados no decorrer do texto, que formam o núcleo duro dessa pesquisa, analisamos como o intérprete se constituiu ou vem se constituindo enquanto profissional e quais os sentidos e significados que emergem desse profissional, principalmente inserido na educação.

Para tanto abordamos objeto de análise que consta no título desse capítulo, inicialmente por meio de diferentes tempos e conjunturas das quais destacamos como um importante marco, o século das luzes, ou seja, o século XVIII.

No século XVIII com o iluminismo, as ideias que se disseminavam pelo mundo tiveram sua influência na aceitação de um ‘novo’ sujeito de aprendizagem. Mesmo que no século XVI tivesse sido comprovado que os surdos tinham condições de aprender, a história aponta para a oralidade como ponto principal para se chegar à escrita e ao reconhecimento dos surdos enquanto sujeitos de direitos.

Com isso a educação desses sujeitos se dava por meio de práticas de normalização, de oralização e reabilitação da fala e audição, o que fazia com que todo o trabalho escolar se concentrasse em práticas clínicas, na perspectiva da patologia mas não acadêmica.

Mesmo no interior poucos espaços de ensino pelo mundo, a figura do professor para surdos não era definida como aquele que ensina, ele exercia papel de reabilitador, obedecendo as imposições clínicas e instruído a delegar as questões de ordem pedagógica a qualquer outro plano, ‘que não o primeiro’.

Os surdos que eram inseridos no processo de ensino-aprendizagem, tinham que estar cientes da importância de falar bem e assinar seu nome para herdar posses, pois definiam-se por filhos da nobreza.

Na conjuntura do século XVIII, na França, encontramos o ‘berço da língua de sinais’, Schubert (2015), nos diz que esse ponto histórico não foi exatamente uma questão simples e pacífica como a história busca demonstrar, mas trata-se do marco onde um abade pelas vias religiosas começa a conhecer, compreender e conceder regras a língua de sinais usada pelos surdos de Paris e com apoio político da época dá origem a primeira instituição pública de educação de surdos.

O abade dedicou tempo de estudos e organização da língua utilizada pelos surdos marginalizados, compreendeu seu modo de comunicação e passou a buscar meios de ensiná-los.

Destacamos essa questão, porque apesar de muito antes os intérpretes de línguas orais terem sua função reconhecida, o intérprete de língua gestual, era aquele que tinha proximidade com o surdo, ou seja; provindo das relações pessoais com os sujeitos e ainda de modo velado, pois o uso dos ‘gestos’ era reflexo da deficiência do sujeito e motivo de exclusão social até mesmo na família.

Desejamos destacar que esse abade francês, Michel de L’Épée, nos permite um ponto de partida para compreendermos a importância do intérprete profissional ou tradutor intérprete de língua de sinais e sua emersão para a sociedade e na escola.

Não podemos ingenuamente acreditar que a história contada é a mesma que

evidencia tempos determinados especificamente para o surgimento do profissional, pois onde houver surdos haverá alguma sinalização, algum tipo de convenção social: familiar ou não, daquilo que se diz e que se deseja responder; portanto alguém que compreenda e traduza ou interprete essas questões dialógicas como destaca Bakhtin (1988).

Analisando a história, pode-se destacar que já no período de 1791 L'Épée (na França), fazia uso do trabalho de intérpretes de língua de sinais nas salas de aula. Portanto, não há século ou ano que realmente date a formação, a constituição ou o surgimento do profissional com certezas reais, mas há que se valorizar que esse personagem foi essencial na constituição de uma figura de profissional, de trabalhador, ainda que nem sempre reconhecido para além das formalidades descritas em lei. Portanto, compreendamos a constituição desse profissional, mas superemos a ingenuidade, para que possamos contribuir e acrescentar para mais aprendizagens, afinal, o trabalho também é processo formativo.

O intérprete de língua de sinais ainda está em construção de identidade e em constituição enquanto trabalhador, profissional e intentamos com esse capítulo, contribuir para que se evidencie e haja marcas dessa história para as gerações que adentram os mais diferentes estágios de conhecimento em relação ao surdo e para a construção de sentidos e significados do trabalho do intérprete nas relações em âmbito educacional.

2 | A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS: DOCUMENTOS NORMATIVOS E A IMPORTÂNCIA DA FENEIS

Para responder ao objetivo do capítulo em que trabalhamos, que visa compreender quais sentidos e significados emergem do intérprete de Libras, buscamos entender o trabalho do intérprete de língua de sinais no âmbito educacional, onde faz-se necessário considerar como veio se constituindo esse trabalhador no contexto social com as pessoas surdas.

Para atingir o intento fez-se uso da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principal bibliografia o trabalho de Quadros (2004), que trata do tradutor intérprete e de Schubert (2015), a qual aborda os sentidos e significados atribuídos pelos surdos ao intérprete de língua de sinais brasileira e os demais apontados no início desse texto.

Em relação ao tema abordado, Quirino-da-Silva (2016), destaca que, antes da Libras ser regulamentada, o movimento político em favor da inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino que marca a década de 90 do século XX, desde a educação infantil ao ensino superior já solicitava acessibilidade comunicativa para as pessoas surdos.

Com o direito assegurado ao uso de uma língua visuoespacial os surdos recebem

por extensão o direito de usufruírem dos serviços do tradutor/intérprete da Libras nos espaços educacionais e sociais, mas isso não aconteceu sem lutas, visto que apenas no século XXI é que se compreende que o profissional é necessário em diferentes espaços e embora haja discordância por alguns surdos e pesquisadores da área em relação a educação, esse é o espaço onde há maior demanda de trabalhadores.

Essa discordância se dá por compreender que a escola se trata de um espaço onde as interações deveriam ser diretas entre professor e estudante, mas com a educação inclusiva, não há como desconsiderar a extrema importância do intérprete no âmbito educacional quando o surdo está inserido em ambiente inclusivo independentemente do nível linguístico do estudante surdo.

Essa necessidade apontada, acontece porque na inclusão entre ouvintes o professor pelas próprias condições de formação nem sempre tem domínio linguístico ou conhecimento dos modos de aprendizagem do surdo e no espaço do ensino regular o professor necessita de acessibilidade comunicativa tanto quanto o estudante, para que as aulas se tornem claras e o conhecimento chegue a todos no mesmo espaço e tempo, sempre que possível e com a mesma qualidade de oferta.

Portanto, ainda que entre concordâncias e discordâncias, na atual conjuntura, o intérprete é necessário na educação inclusiva para que o estudante surdo acesse os conhecimentos e interaja com os demais e mesmo com o professor e toda a comunidade escolar, sem perdas.

A partir da Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), regulamentada pelo Decreto 5626/05 (BRASIL, 2005), há o entendimento e obrigatoriedade da contratação desse profissional, visando cumprir e implementar as legislações referenciadas, no entanto, cabe destacar que anterior as normativas, quando nos referimos ao Brasil encontramos os principais marcos na década de 80 do século XX. Esse é entendido como o ponto histórico por meio do qual o trabalho do intérprete de Libras (IL), começa a ficar evidente. Isto porque o trabalho de interpretar e traduzir já era exercido na informalidade, nos espaços religiosos em caráter assistencialista, conforme tratam as obras de Quadros (2004), Schubert (2015) e Quirino-da-Silva (2016).

É de suma importância lembrar que desde o ano de 1977, a comunidade surda por meio de uma luta política (pacífica), que contava com familiares ouvintes, profissionais ouvintes ligados a área da surdez, fundaram a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo), com sede no Rio de Janeiro, que segundo Ramos (s/d, p.2), tinha o objetivo de atender as necessidades comunicativas dos surdos, mas isso não se efetivou.

Em 1987, em uma assembleia geral os surdos votaram e decidiram pelo fechamento da FENEIDA, considerando que a entidade era regida e dirigida pelos interesses dos ouvinte, o que mantinha o povo surdo a margem, compreendidos pela incapacidade e não pela autonomia e potencialidade.

Com o fechamento da FENEIDA houve a abertura de uma nova federação, que deu início aos trabalhos dirigidos por surdos; trata-se da FENEIS (Federação Nacional

de Educação e Integração dos Surdos), essa federação é reconhecida até hoje por corresponder aos interesses dos surdos.

Na década de 80 do século XX, a FENEIS presidida por Ana Regina Campello, buscou organizar um registro de intérpretes no Brasil, o qual tratava-se de uma cópia do documento americano do RID. (*Register of interprets Deaf*).

Por meio desse registro a FENEIS passou a promover cursos para preparar, capacitar e certificar intérpretes, para tanto, começou a organizar bancas de avaliações para reconhecimento da atividade interpretativa em língua de sinais o que ainda que timidamente tratou-se de um salto em direção ao reconhecimento do surdo enquanto usuário do trabalho e do intérprete enquanto trabalhador e profissional da Libras.

Com a organização da Federação, outras filiais foram abertas no Brasil. Para capacitação de intérpretes a federação criou e estabeleceu uma cartilha com requisitos e critérios básicos para que o intérprete enquanto profissional pudesse atuar nos espaços sociais.

Pelo valor histórico e representação ético-política dos profissionais que deram início a esse trabalho, apresentamos o material organizado pela FENEIS por meio de cartilhas do Rio de Janeiro em 1988 e posteriormente a cartilha de Belo Horizonte em 1995, dos quais emergem os primeiros significados de 'ser intérprete de Libras' e de onde vemos refletir sentidos desse profissional no âmbito educacional.

Passemos a análise dos critérios organizados para o trabalho do intérprete considerando a organização da federação de surdos.

3 | DÉCADA DE 90 DO SÉCULO XX - PRIMEIROS CRITÉRIOS PARA O TRABALHO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Apresentamos a materialidade formativa e de constituição profissional por meio das cartilhas elaboradas pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de surdos no Rio de Janeiro e Belo Horizonte), material que pode ser encontrado na internet e embora o tenhamos em mãos, entendemos como essencial que os leitores possam ter acesso as imagens e observem as capas e suas representações acerca do surdo e do intérprete nesses dois momentos históricos de apresentação do trabalhador para o espaço social.

Na primeira imagem apresentamos a cartilha FENEIS de 1988 a representação da acessibilidade e respeito ao surdo e sua cultura principalmente por meio da significação na língua de sinais, isso acontece quando se fez opção por uma imagem do intérprete sinalizando e o surdo se divertindo ao compreender o sentido do que lhe é dito.

Na segunda cartilha FENEIS de 1995 é apresentado seu significado a partir da representação das mãos produzindo o sinal de intérprete, um destaque a função que começa a ser entendida como trabalho de importância para as vivências sociais dos

surdos. Apresentamos a imagem do material para observação e análise dos leitores:



Figura 1- Cartilhas FENEIS

Fonte: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAA9vUAB/cartilha-interprete-libras-01>

As imagens apresentadas, são as primeiras produções da FENEIS, a primeira em 1988 no Rio de Janeiro e a segunda em 1995 na FENEIS de Belo Horizonte, ambas trazem a formação do tradutor/intérprete de Libras, em conformidade com a época.

Atualmente as cartilhas são motivo de críticas tecidas em razão da formação primária e insuficiente do intérprete, no entanto, trata-se de um tempo histórico onde a formação era incipiente, se não dizer restrita a poucos cidadãos comuns brasileiros.

Os cidadãos brasileiros nem sempre concluíam o ensino fundamental, muito diferente do que hoje presenciamos, portanto, não há comparação se nosso olhar não estiver voltado ao tempo histórico e sua conjuntura.

Nos anos apontados na cartilha, bastava ao cidadão brasileiro ter concluído o ensino fundamental, para ser considerado trabalhador com formação, quando muito concluído o ensino médio (segundo grau), para o qual as comemorações eram de extrema importância, como garantia de qualidade na formação, diferente da maior facilidade e oportunidades que hoje presenciamos quanto aos financiamentos por meio de políticas sociais.

Se traçarmos um comparativo, verificamos em relação a formação deste profissional, que até 2005, quando foi sancionado o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS, 1988), seguia as cartilhas, nas quais se estabeleciam os requisitos básicos para que as pessoas

pudessem atuar como intérpretes, com exigências mínimas, tais como possuir pelo menos ensino médio.

Conforme as atribuições propostas pela Federação Nacional de Surdos, os intérpretes deveriam a partir de 1988:

a) - Possuir pelo menos o segundo grau; b) - Ser ouvinte; c) - Ser membro da associação de surdos local; d) - Possuir certificado expedido pela FENEIS ou atestado fornecido por quem domine bem a linguagem de sinais; e) - Possuir alguma noção de idioma estrangeiro. A partir dessas condições, o intérprete estará apto ao desempenho de suas funções. (FENEIS, 1988, p.11)

A língua de sinais embora fora do Brasil (de acordo com a conjuntura histórica) fosse reconhecida desde os estudos de Willian Stokoe em 1960 como língua em toda sua complexidade, na década de 90 do século XX no cenário brasileiro ainda era compreendida como linguagem.

A FENEIS emitia declarações (atestados), definindo quem poderia atuar como intérprete nos diferentes espaços sociais, mas para a educação não fazia uso desse trabalho como destaca Schubert (2015), a educação era compreendida como espaço de responsabilidade e interação entre o professor e estudantes; com isso o intérprete ao adentrá-lo é identificado como o terceiro elemento, aquele que invade o espaço organizado para ação e interação entre professor e estudantes.

De início o intérprete é visto como um intruso em sala de aula e na comunidade escolar e aos poucos compreendido como recurso para superação da segregação linguística imposta pela perspectiva integracionista.

Com a inserção da língua de sinais a inclusão tornou-se inegável em seu sentido político mais amplo e para tanto houve necessidade de se pensar na acessibilidade que sustentava essa política e justificava a novidade de inserir o intérprete enquanto profissional na escola e demais espaços.

Se em 1994 a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), no item 19 traz a importância da língua de sinais, a lei da acessibilidade 10.098/00 (BRASIL, 2000), completa o raciocínio destacando que além da língua de sinais, o intérprete de Libras deve ser compreendido como recurso humano de acesso.

Essa acessibilidade juntamente com a Lei da Libras contribuíram para se chegar a regulamentação de direitos por meio do Decreto 5626/05 que traz a questão da formação para professores e intérpretes de Libras e cinco anos depois a profissão foi regulamentada por meio da Lei 12.319/10 (BRASIL, 2010).

A lei que regulamenta a profissão é apresentada de forma restrita e esvaziada; esse esvaziamento se deve as muitas lacunas que encontramos quando a lei por si não dá conta de questões específicas do trabalho desse profissional, e não atende as necessidades do intérprete de Libras enquanto trabalhador.

Para os intérpretes de Libras ou tradutores/intérpretes, a lei apenas normatiza questões que já estavam presentes no código de ética do intérprete de Libras elaborado pela FENEIS em 1992, destacado por Quadros (2004).

Chama para questões como solidariedade, a neutralidade humana e outras que não estabelecem bases trabalhistas sólidas ao profissional de modo a garantir questões de tempo de serviço, salários, modos de registro e até mesmo as atribuições em espaços dinâmicos como a educação com toda sua especificidade e ao mesmo tempo sua diversidade.

Como apontado na obra de Schubert (2015), o intérprete comumente provindo da filantropia, profissional assistencialista, caritativo, solidário e voluntário é chamado a prosseguir sua caminhada profissional na divisa entre o profissional e o missionário, buscando produzir sentidos diversos conforme o cenário social em que trabalha.

Socialmente ainda busca-se no intérprete de Libras o significado fixado no voluntário, assim mesmo que ele invista em formação como solicitado no Decreto 5626 (BRASIL, 2005), precisa atuar pelo amor ao surdo e missão: “V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; (BRASIL, 2005).

O código de ética profissional apresentado pela FENEIS nos diferentes tempos históricos também chama à solidariedade, destacando que esse profissional precisa “vestir a camisa” para desenvolver o trabalho mesmo onde os recursos (financeiros) não forem possíveis.

Se historicamente ele se constituiu e se formou em meio ao assistencialismo; se faz necessário compreender os sentidos que emergem dele, para construir sua identidade e um novo significado principalmente na educação.

Esse significado que aos poucos se evidencia no âmbito educacional está intimamente relacionado (na educação) como aquele que mesmo sem desejar ou sem perceber, acaba por “produzir ensino”, visto que enquanto trabalha ensina e aprende com cada indivíduo, e por isso constantemente precisa definir e redefinir seu papel em meio as atribuições impostas no ambiente educacional.

Para compreendermos o ser bilíngue no intérprete e a construção dessa identidade, apresentamos o próximo subitem.

4 | O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: PROFISSIONAL BILÍNGUE E IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO

Tratar de um profissional bilíngue é destacar aquelas pessoas que possuem dois sistemas linguísticos e por meio deles é capaz de expressar uma ideia ou sentimento. Para considerar uma classe ou escola bilíngue podemos destacar segundo o Decreto 5626/2005 que nas escolas ou classes de educação bilíngue a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa devem ser línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005, Artigo 22, §1º).

O intérprete precisa ser um profissional bilíngue, apresentamos os resultados da pesquisa sobre as atribuições e funções desse trabalhador, mostram que o intérprete

educacional de Libras não é compreendido apenas como aquele que interpreta de uma língua para outra e essa questão já havia sido apontada por Quadros (2004).

O ato interpretativo-tradutório envolve: conhecimento linguístico e extralinguísticos onde o profissional fica exposto e transita em duas ou mais línguas simultânea ou consecutivamente e isso requer formação.

Faz-se necessário que o intérprete tenha o domínio linguístico da Libras e da Língua Portuguesa para ser bilíngue no sentido denotativo de suas atribuições.

Roman Jakobson em sua obra: Aspectos Linguísticos de tradução, (JAKOBSON, 1995), destaca que ninguém pode compreender uma palavra se não conhece o significado dela. Para se entender um signo será sempre necessário recorrer a uma série de outros signos linguísticos a fim de compreender uma palavra nova. Para Vygotsky:

O significado duma palavra representa uma amálgama tão estreita de pensamento e linguagem que é difícil dizer se se trata de um fenômeno de pensamento, ou de um fenômeno de linguagem. “Uma palavra sem significado é um som vazio”; assim, o significado é um critério da palavra e um seu componente indispensável. Pareceria, portanto que poderia ser encarado como um fenômeno linguístico. (VYGOTSKY, 1996, p. 150)

Vygotsky (1996), nos diz que o significado de uma palavra é mais estável e preciso, no entanto, o sentido é parte mais instável do significado. O mesmo autor, distingue dois componentes dos significados da palavra: o significado e o sentido.

O significado propriamente dito refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento de uma palavra, constituindo o núcleo relativamente estável de compreensão de determinada palavra, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam.

Para definir de acordo com o tema que abordamos Schubert (2012, p. 36), nos leva a refletir que falar em intérprete de Libras (por exemplo) poderá simplesmente remeter ao sujeito que faz a transferência entre línguas; considerando o cenário brasileiro, o intérprete faria a transferência da língua de sinais do Brasil para a língua portuguesa oral ou escrita e da língua portuguesa oral ou escrita, para a língua de sinais brasileira; mas se há (ou não) conhecimento de quem ele é, onde atua, como se comporta, poderão surgir outros e múltiplos sentidos para o mesmo sujeito.

Por isso destacamos o sentido entendendo que esse refere-se ao significado da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto de uso da palavra e às vivências afetivas do indivíduo, tal como aborda Oliveira (1992, p. 80-81).

Schubert (2012, p.37), ressalta que o Decreto 5626/05 torna-se um marco quando diferencia o surdo e o deficiente auditivo. O significado de ser surdo para um médico ou um fonoaudiólogo geralmente significa uma deficiência que pode (ou não) ser medicada, tratada e até corrigida; para a família ouvinte, pode significar um problema, já que seu filho nasceu sem audição ou perdeu a audição ao longo do desenvolvimento e isso evidenciará uma patologia.

A mesma autora destaca que para o professor de surdos (professor bilíngue), ou o intérprete de Libras que tem como base de formação e compreensão do surdo como pessoa com uma singularidade linguística e cultural, pode significar um estudante com modos particulares de aprendizado, características próprias também culturais e identitárias.

Para Vygotsky (1996) e Bakhtin (1998), o sentido da palavra liga seu significado objetivo ao contexto de uso da língua e aos motivos afetivos e pessoais dos seus usuários. Relaciona-se com o fato de que a experiência individual é sempre mais complexa do que a generalização contida nos signos.

Entendendo pela perspectiva histórico cultural, o trabalho do intérprete de Libras deve se realizar por meio da tradução intersemiótica então não basta apenas apontar o objeto para fazê-lo ser compreendido e/ou entendido é necessário compreendê-la e saber comunicar-se nos diferentes contextos de uso.

Na Libras – Língua Brasileira de Sinais, esses profissionais precisam produzir sentido, para tanto precisam conhecer o nível linguístico dos estudantes e também conhecer os conteúdos para formar repertório linguístico que contemple as necessidades do público, do conteúdo e das diferentes situações dialógicas que possam surgir.

De nada adianta realizar a cada dúvida o que chamamos de empréstimo linguístico, buscando recursos no alfabeto manual ou datilológico para realização de novos signos na língua de sinais, pois apenas a soletração desses novos léxicos, sem significação, não faz sentido algum para o receptor surdo; que é um sujeito visual, intersemiótico.

Compreendendo que esse trabalhador necessita de domínio dos instrumentos de trabalho e conhecimento aprofundado das diferentes situações de bilinguismo, consideramos questões referentes aos tipos de tradução e postura ética do intérprete de Libras.

5 | DIFERENTES TIPOS DE TRADUÇÃO E POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO DO PROFISSIONAL DO TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LIBRAS

Segundo Jakobson (1995), o significado de um signo linguístico não é mais que uma tradução e existem três tipos de tradução: Tradução intralingual, tradução intralingual e tradução interlingual.

Jakobson(1995), compreende por tradução intralingual a interpretação dos signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua, entende por tradução interlingual aquela que envolve a tradução de um signo em uma língua por meio de outros signos de outra língua e por tradução intersemiótica ou transmutação a interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais.

Guarinello, (2007, p.38), nos diz que “os mecanismos de cada falante são ativados pela exposição à fala do outro”. Quando nos referimos à relação intérprete e

surdo como uma relação entre quem ouve e quem não ouve, considera-se que tanto o surdo quanto os ouvintes como pessoas que nascem com um mecanismo para adquirir linguagem desde que exposto a um input linguístico.

Embora os surdos precisem de uma referência para construir a sua identidade, os defensores da língua de sinais para os surdos afirmam que é só de posse desta língua, considerada língua de referência, natural ou materna adquirida em qualquer idade, que o surdo constituirá uma identidade forte e segura em relação a si e sua singularidade na comunicação e linguagem (Perlin, 1998; Moura, 2000).

A maioria dos estudos compreende que a identidade surda está relacionada unicamente a questão de uso da língua de sinais, com isso o acesso e uso (ou não) da língua de sinais é o que define a identidade do sujeito a qual é adquirida ou constituída no contato do surdo com outros surdos sinalizadores, numa perspectiva dialógica segundo aborda Bakhtin (1988).

Também há indicativos de que essa identidade se fortalece quando o surdo se encontra com outro sinalizador fluente, como se entende que é ou deveria ser o intérprete de Libras nos diferentes contextos em que está inserido.

O intérprete com domínio ou fluência na Libras a qual no presente século é comprovada por meio de uma certificação de proficiência, também pode contribuir para essa constituição da identidade dos surdos esses que se identificam com outros sinalizadores enquanto pares linguísticos, mesmo que não estejam na condição de nativos na língua.

Há que considerar que o trabalho do intérprete-tradutor de Libras pode ser mal utilizado pelos estudantes surdos, professores regentes e comunidade escolar. Porque seu ponto de partida na história enquanto assistencialista, ainda reflete no ideário social. Para modificar essa perspectiva se faz necessário formação, pois é por meio dessa que o profissional aprende (ou não) a posicionar-se na condição de trabalhador e não de voluntário e/ou assistente.

O IE- Intérprete Educacional precisa colaborar para a autonomia do surdo e para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Se oferece serviços assistenciais pode causar dependência intérprete-surdo, e isso não contribui com o objetivo da educação. Compreendemos com isso que o uso do trabalho do ILS dependerá muito mais do modo como ele oferta o trabalho do que o modo como é utilizado pois o surdo tomará posse do tipo de trabalho que lhe é possibilitado fazer uso, por isso é primordial formação ético-política para o trabalho.

Defendemos que o intérprete de Libras é um profissional que precisa de formação ético-política adequada, que possibilite posicionar-se com atitudes responsivas e responsáveis assumindo o seu papel não apenas como aquele que interpreta de uma língua para outra o que está sendo dito, mas que assume compromisso com o outro para os quais todo significado pode trazer outros sentidos.

6 | CONSIDERAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR...

A interpretação em Libras e o intérprete de Libras são produtores de sentidos frente aos significados que o sujeito e a língua de sinais refletem no cenário social e educacional.

Como resultado da pesquisa, destacamos que quando o intérprete está diante da sociedade é possível agir com neutralidade nas relações dialógicas, questão essa que não é realidade possível nas múltiplas vozes que ecoam em sala de aula e em todo o processo de ensino-aprendizagem, a educação não é e jamais será neutra.

As produções da FENEIS quanto à capacitação e formação de intérpretes avançaram no tempo histórico, produzindo um profissional que reflete a conjuntura e a materialidade das relações, isso fez com que o intérprete de Libras não ficasse preso aos acompanhamentos à consultas médicas, júris e igrejas, mas que com a formulação e implementação de políticas esse trabalhador adentrasse as salas de aula e mesmo sem se dar conta acabasse por produzir ensino na tríade da relação que antes se dava entre estudantes e professor, mas que hoje agrega por imposição da lei, um terceiro elemento que trata-se do intérprete educacional- IE.

Respondendo a problemática, destacamos que como não há formação específica para os trabalhadores que corresponda à demanda de mercado, na contradição há leis que definem sua inserção nos diferentes espaços e regulamentam essa profissão nada específica.

Assim, o que encontramos na bibliografia é uma realidade onde o intérprete que adentra as salas de aula precisa superar os indicativos da década de 90 do século XX onde o ensino médio e conhecimento da Libras bastavam. Hoje precisa adequar-se ao novo tempo com maior nível de formação e qualificação profissional que lhe for possível para competir e garantir posição no mercado de trabalho.

Entendemos como necessário que esses trabalhadores dominem seus instrumentos e meios de trabalho para atuar na educação, abandonando seu ponto de partida filantrópico, caritativo, voluntário e de caráter missionário para assumir postura ético-política de quem conhece tanto o sujeito quanto o espaço de atuação.

Destacamos que embora os significados sejam a parte mais estável e precisa da palavra, não podemos desconsiderar os sentidos que advém das funções e atribuições que o profissional pode ocupar, principalmente se a sua formação não for condizente com o trabalho a desenvolver, por isso é imprescindível a formação do profissional para além do significado que a certificação pode trazer é preciso ética e formação constante.

Em que pese a importância dos certificados de proficiência para formalizar o nível de fluência, entendemos que a fluência é a essência da dialogia e da qualidade nas interações em qualquer espaço onde surdo e intérprete estiverem inseridos e para tanto há que se buscar formação de qualidade que supere a amálgama, o esvaziamento das vozes quando esse profissional não produz o sentido necessário

para o qual foi designado.

Se o intérprete não conhece o espaço de atuação e as características dos surdos e não domina os instrumentos e os meios de trabalho pode trazer silenciamento em vez de dar voz aos sujeitos.

Não há como finalizar os debates sobre o trabalho do intérprete, mas cabe-nos abrir espaço para as contribuições que esse tema precisa acolher, lembramos o que destaca Schubert (2012 e 2015) que os significados atribuídos pelo surdo ao profissional intérprete estão intimamente relacionados ao domínio e ao uso da língua de sinais, pois não o compreendem como máquina de sinalizar, pelo contrário, identificam e reconhecem o “humano que produz sentido, produz ensino e dá voz ao que antes era silêncio” (2012, p.152).

Os sentidos que emergem do intérprete de Libras estão relacionados ao posicionamento do profissional, pois os surdos farão uso daquilo que o intérprete, pela formação que teve e que ainda recebe pelo trabalho, é capaz de oferecer a ele, por isso constatamos uma identidade profissional em construção tanto para o ILS quanto para o IE- Intérprete educacional e consideramos a necessidade de ressignificação constante pois somente quando essa estiver consolidada em formação real em sua materialidade, no trabalho em si, com garantias e qualidade é que encontraremos o sentido e significado do trabalho e do trabalhador em relação a si mesmo e refletindo o valor ao outro que lhe exige a formação.

REFERÊNCIAS

BAKHITIN, M. **Marxismo e psicologia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.626**, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 20 de janeiro de 2017.

_____. **LEI Nº 10.436**, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em março de 2017.

_____. **LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm> Acesso em 19 de maio de 2017.

FENEIS. **Código de ética do intérprete de libras**. Rio de Janeiro, 1992.

FENEIS/MG: **O que é o intérprete de língua de sinais para pessoas surdas?**. BELO HORIZONTE, 1995.

FENEIS. **A importância dos intérpretes de linguagem de Sinais**. Rio de Janeiro: 1988.

GUARINELLO, A C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

JAKOBSON, Roman. Os **aspectos linguísticos da tradução**. 20.ed. In: **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MOURA, Maria Cecília. **O surdo: Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter Ltda, 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky e o Processo de Formação de Conceitos**. In: Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em discussão / Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. – São Paulo: Summus, 1992.

PERLIN, Gládis Teresinha Tachetto. **Identidades surdas**. In: (Org.) SKILIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS. R.M. - **“O Tradutor Interpretador de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. MEC. Brasília, 2004.

QUIRINO-da-SILVA, R.S.- **“O Intérprete de Libras no contexto do ensino superior”**. Revista Teias, DOI. 10.12957. 2016.

RAMOS. Clélia Regina. **“Histórico da FENEIS 1988”**. Ed. Arara Azul Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo6.pdf>> Acesso em 3 de maio de 2017.

SCHUBERT, S. E. de M. **Políticas Públicas e os sentidos e significados atribuídos pelos educandos surdos ao intérprete de Língua de Sinais Brasileira** (dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Tuiuti, 2012.

SCHUBERT, S.E de M. **Entre a Surdez e a Língua: Outros sujeitos... Novas relações (intérpretes e surdos desvelando sentidos e significados)**. Curitiba. Editora Prismas, 2015.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro; Martins Fontes. 1996.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-28-4

